

A comemoração como lugar de disputa: um estudo das mobilizações do passado pelos povos indígenas nas Comemorações dos “500 anos do Brasil” (2000) ¹

Pedro Henrique Batistella, UFRGS²

Resumo

As comemorações nacionais são ocasiões privilegiadas para o estudo das disputas em torno do passado, uma vez que distintas *produções de história* são expressas por uma gama de atores sociais como o Estado-Nação, os movimentos sociais, os historiadores (as), o que implica em diferentes usos políticos da memória e da temporalidade. À vista disso, este artigo se propõe a analisar as comemorações dos “500 anos do Brasil” realizadas no ano 2000, tendo como problemática a verificação de qual relação foi estabelecida pelos povos indígenas com a comemoração e quais usos políticos do passado foram mobilizados a partir dessa relação. Desse modo, o objetivo consiste em apresentar algumas reflexões sobre como o estudo das comemorações nos permite pensar sobre a cultura histórica do Brasil no alvorecer do século XXI.

Palavras-chave: Comemoração dos 500 anos do Brasil; Usos políticos e públicos do passado; Movimento Indígena Brasileiro.

Abstract

National commemorations are privileged occasions for the study of disputes around the past, since different *productions of history* are expressed by a range of social actors such as the nation-state, social movements, historians (as), which implies different political uses of the memory and temporality. In view of this, this article proposes to analyse the celebrations of Brazil's 500th anniversary in 2000, with the problem of verifying which relationship was established by indigenous people with the commemoration and which political uses of the past were mobilized from this relationship. Thus, the objective is to present some reflections on how the study of the commemorations allows us to think about the historical culture of Brazil at the dawn of the 21st century.

Keywords: Celebration of Brazil's 500th anniversary; Political and public uses of the past; Brazilian Indigenous Movement.

Introdução

Na manhã do dia 22 de abril de 2000 na estrada que liga Santa Cruz Cabralia à Porto Seguro na Bahia, centenas de policiais militares aguardavam o avançar da marcha de milhares de indígenas pertencentes as mais variadas comunidades do Brasil. Quando a manifestação - que também era composta por manifestantes do Movimento Negro e de movimentos estudantis - atingiu o oitavo quilômetro da rodovia, bombas de gás lacrimogênio barraram o andamento da marcha que tinha como finalidade chegar ao centro de Porto Seguro³. Essa data

¹ Esse artigo é derivado do meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Licenciatura em História na Universidade do Rio Grande do Sul, o qual foi apresentado em janeiro de 2020.

² Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS). Membro do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA). Bolsista CNPq.

³ BONIN I. A violência começou cedo em Cabralia. **Jornal Porantim**, Brasília, Maio de 2000, p.13. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 11 jun 2020.

marcava o dia principal de uma longa agenda oficial do governo federal que comemorava “os 500 anos do Descobrimento do Brasil”, o qual destinou amplos recursos financeiros para a região onde Pedro Álvares Cabral e sua frota desembarcaram em 1500.

Em meio à repressão da Polícia Militar da Bahia, a reação de Gildo Terena, da tribo Terena de Campo Novo do Mato Grosso do Sul, foi capturada por fotógrafos que cobriam a marcha e estampou a manchete de muitos jornais nacionais no dia seguinte. Terena ajoelhou-se em frente à tropa de choque e com os braços levantados implorou pelo fim do avançar das forças policiais sobre a marcha, sendo pisoteado pelas botas militares⁴. Ao fim, o saldo da repressão policial na festa de aniversário do Brasil consistiu em sete indígenas feridos e cerca de 140 manifestantes presos⁵.

Compreendemos que tal repressão policial que caracterizou o palco principal das Comemorações dos “500 anos do Brasil” reverberou o cenário de disputa pela memória nacional que emergiu nesse contexto comemorativo. O governo de Fernando Henrique Cardoso, associado com a Rede Globo de Televisão, promoveu uma programação de celebração mítica do dia 22 de abril, mobilizando a narrativa da miscigenação harmoniosa das três raças enquanto paradigma de interpretação da história nacional. Reagindo a tais narrativas e representações oficiais, o Movimento Brasil Outros 500, fundado em 1999 por entidades⁶ do Movimento Indígena Brasileiro, do Movimento Negro e dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-terra e Sem-teto, pode ser considerada a mais importante expressão social de contestação à versão oficial, propondo uma releitura da chegada dos portugueses e da história nacional. A partir do lugar de enunciação dos oprimidos, no seu manifesto-fundador, apresentaram “uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial”⁷.

Conforme América Cesar (2004, p.106), o objetivo do movimento consistiu em uma tentativa de enunciação de um contra discurso comemorativo, de modo “a expor uma outra leitura dos fatos históricos e desvelar a situação em que se encontram os povos subjugados no processo de construção da nação brasileira”. Cesar avalia ainda que, com exceção da marcha

⁴ BONIN I. A violência começou cedo em Cabralia. **Jornal Porantim**, Brasília, Maio de 2000, p.13. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 11 jun 2020.

⁵ LINS, L. Conflito na terra do Descobrimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 2000, Caderno O País, p.3. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

⁶ Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, Confederação Nacional das Entidades Negras e Central de Movimentos Populares.

⁷ BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. **Jornal Porantim**, Brasília – DF, Mar/Abr.1999, n. 213. p.6. Disponível: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>.

unificada que foi repreendida em Porto Seguro, o movimento caracterizou-se por iniciativas fragmentadas, tendo sido o Movimento Indígena Brasileiro⁸ um dos protagonistas nas intervenções de repúdio à comemoração oficial. Em vista de tal desarticulação apontada, optamos por analisar alguns manifestos e intervenções realizadas por organizações dos povos indígenas que contestaram a perspectiva mítica do governo federal.

Desse modo, nosso enfoque reside na consideração do caráter conflitivo dos contextos comemorativos, entendendo-os enquanto cenários que possibilitam a reflexão de como determinadas narrativas e interpretações do passado nacional foram disputados no contexto da Nova República. Partindo do entendimento de que havia distintos modos de mobilização do passado e da temporalidade nesse contexto, os quais entraram em conflito, a problemática orientadora se constituiu em verificar de que modo os povos indígenas se relacionaram com a comemoração do V Centenário e quais usos políticos do passado foram mobilizados a partir dessa relação. O texto está estruturado em duas partes, além das considerações finais: na primeira, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, apresento alguns marcos que constituíram o projeto e o cenário comemorativo idealizado pelo governo federal para a celebração dos “500 anos do Brasil”; em um segundo momento realizo a análise da *Carta de Abril* divulgada pela comunidade indígena Pataxó⁹ e também a narrativa histórica do programa de luta do Movimento Indígena Brasileiro organizado para o mês de abril de 2000, analisando a consigna da Marcha Indígena e o documento final da Conferência Indígena Nacional.

Inspirado nos trabalhos dos historiadores Michel-Rolph Trouillot e Mario Rufer, entendo tais fontes como suportes de produção de história, isto é, artefatos e manifestações públicas em que são elaboradas narrativas históricas, performances e sentidos de passado enunciadas a partir de lugares de enunciação assimétricas no presente em que são mobilizadas. Segundo Rufer (2010, p.31), pensar as narrativas históricas e as memórias como produções de história permite “analisar as dimensões políticas que subjazem nas lutas pelas

⁸ Conforme Poliene Bicalho (2010) é importante destacar que o Movimento Indígena Brasileiro não pode ser entendido como um todo homogêneo, pois no Brasil existe mais de duzentos povos indígenas com suas especificidades linguísticas, culturais, religiosas e organizacionais, o que não permite considerar, de modo geral, que sua pauta política seja marcada pela homogeneidade. Não obstante, a mobilização em torno do protesto contra as Comemorações dos “500 anos do Brasil”, expressou um momento de grande articulação entre as diversas organizações indígenas no país.

⁹ Segundo América Cesar (2010), o povo indígena Pataxó é o mais numeroso da Bahia compreendendo, na época das comemorações, cerca de 6.000 representantes distribuídos em 18 aldeias, considerando os Pataxós Meridionais (Extremo-sul) e os setentrionais (Pataxó Hã-Hã-Hãe). Para a linguista, observa-se um significativo processo de organização e articulação política, não obstante sua descentralização, na luta pela recuperação de terras e suas respectivas demarcações.

interpretações e reavaliações do passado”¹⁰, de modo a contornar certa perspectiva que entende os usos do passado somente como distorção ou falta de verdade.

A tomada dessa perspectiva permite, conforme Caroline Bauer (2017), estabelecer relações entre os usos do passado, a memória, o espaço público e as estratégias políticas para justificar determinadas lutas políticas no presente. Ademais, compreender as relações entre os usos do passado, memória e temporalidade, a partir dessa perspectiva, implica pensar sobre quais sentidos de experiência temporal as narrativas dos mitos fundacionais do Estado-Nação foram produzidas, bem como considerar sobre quais articulações temporais se constituíram as produções de história enunciadas pelo Movimento Indígena Brasileiro. Segundo Berber Bevernage e Chris Lorenz (2015, p.255, tradução nossa), o tempo histórico deve ser analisado no seu caráter performativo, de maneira que “a distinção dos três modos temporais pode analisar-se como uma forma de ação social conectada a atores específicos”.

A partir disso, busco compreender tais suportes subsumidos em determinadas *políticas de comemoração*. O historiador Sebastian Álvarez (2018, p. 48) define tal categoria como “práticas e discursos por meio dos quais diversos sujeitos e coletividades concorrem na esfera pública para estabelecer o sentido das comemorações sociais”. Segundo Álvarez (2018, p.49), esse conceito permite “o reconhecimento da multiplicidade de atores que participam em uma conjuntura comemorativa, com suas próprias leituras, interpretações, reivindicações e usos políticos do passado”. Desse modo, as relações de poder são levadas em consideração em tais disputas pela memória, de modo a considerar as dimensões de classe, raça, gênero e o status de cidadania tão importantes para a reflexão sobre as sociedades latinas americanas pós-coloniais.

Nesse sentido, a comemoração nacional oficial especificamente deve ser entendida como um mecanismo seletivo de produção de memória coletiva que busca ser hegemônica, homogênea e universal através de suportes materiais, simbólicos e narrativos (pronunciamentos, cerimônias, encenações) que conformam o projeto e o cenário comemorativo planejado pelo governo federal. À vista disso, conforme Álvarez (2018), a historicização das políticas de comemoração requer questionamentos básicos que delimitam a análise como: “o que se comemorou” (conteúdo), “quem comemorou” (os atores), “como se comemorou” (a forma). Tendo em vista essas considerações, encaminho doravante as considerações sobre a narrativa histórica oficial mobilizada para os festejos dos “500 anos do Brasil”.

¹⁰ Essa citação, assim como todas as demais provenientes de bibliografia em língua estrangeira, são traduções livres de minha autoria.

A política comemorativa oficial

O estudo do amplo tema das comemorações dos “500 anos do Brasil” requer um recorte temático, uma vez que foram diversos os atores sociais envolvidos nesse contexto comemorativo. Como afirmou Kelly da Silva (2003), a comemoração do V Centenário pode ser pensada como um único ritual conformado por diferentes fases e faces, as quais foram constituídas por eventos e atividades da mídia, das universidades, do mercado editorial, da sociedade civil organizada e da comunidade internacional a partir do chamamento oficial do governo federal. Nesse sentido, as narrativas oficiais devem ser compreendidas como determinado uso do passado comemorado que advêm do lugar de enunciação com maior poder de difusão da narrativa histórica. Segundo Silva (2003), o Estado nesse contexto de comemoração:

É, ao mesmo tempo, ator histórico, desempenhando um script próprio na performance dos eventos que fizeram parte das “comemorações dos 500 anos de descobrimento”, e narrador dos processos que tornaram possível “celebrar” o aniversário da chegada dos portugueses ao país. Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses. É ele, por exemplo, que define quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação com o seus sinais diacríticos - definidos, entre outras coisas, pela institucionalização de feriados -, além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos”. (SILVA, 2003, p. 142).

Tendo em vista essa dupla função protagonista, a partir das considerações de Duval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), entendemos que o Estado-Nação brasileiro constitui-se em uma instância coletiva de produção de sentido sobre o passado, de modo a construir uma memória coletiva, isto é, uma memória compartilhada por coletividades que, por sua vez, delinea o imaginário social. À vista disso, apresento alguns marcos da política comemorativa oficial dos “500 anos do Brasil”, focalizando na descrição do cenário comemorativo montado pelo governo federal na região do extremo sul da Bahia.

Pode-se rastrear a idealização das comemorações dos “500 anos do Brasil” ainda no governo de José Sarney (1985-1990) em parceria com o governo de Portugal¹¹, adquirindo concretude na criação da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil durante a gestão de Itamar Franco (1992-1995)¹². Conforme

¹¹ PORTUGAL. **Decreto-Lei nº391** de 22 de novembro de 1986. Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Ministério da Defesa Nacional. Diário da República n.º 270/1986, Série I de 1986-11-22.

¹² BRASIL. **Decreto-Lei de 12 de maio de 1993**. Cria, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/5/1993, Página 6369.

mapeou Lúcia Lippi de Oliveira (2000), somente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que tal comissão passou a funcionar, tendo uma trajetória marcada por três comandos ministeriais até ser dissolvida faltando apenas um ano para as celebrações oficiais em 2000. Não obstante, compreende-se que foi no interior da Comissão que ocorreu a elaboração da narrativa histórica e o enredo da política comemorativa.

Desse modo, no documento *Diretrizes e Regulamentos* da Comissão, afirma-se que a cultura brasileira se caracteriza pela “pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares”¹³. Tal perspectiva apresentada nos documentos oficiais da Comissão definiu a miscigenação entre brancos, negros e indígenas e a diversidade cultural produzida a partir de tal mescla como objeto da celebração oficial. Conforme Luciana Heymann e José Arruti (2012, p.113), o projeto comemorativo oficial enfatizou um “discurso que depositava grande ênfase no aspecto cultural de formação da nação, revisitava, de forma acrítica, o tema da democracia racial, reeditando clichês que remetem à chamada fábula das três raças”.

Essa narrativa histórica oficial foi performatizada na chamada Costa do Descobrimento no extremo sul da Bahia, a qual recebeu milionários investimentos públicos e privados a fim de “patrimonializar” a região onde desembarcou a frota de Pedro Álvares Cabral¹⁴. Ao se projetar uma leitura temática do espaço do litoral baiano como referência histórica fundadora da brasilidade, foi privilegiada uma narrativa que reproduziu a visão oitocentista, formulada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX, que homogeneizou e deslocou os povos indígenas para o século XVI (SILVA, 2003). Pode-se afirmar que a idealização de maior envergadura do governo federal em parceria com a iniciativa privada consistiu-se na criação do Museu Aberto do Descobrimento, a partir do qual uma vasta área natural do litoral baiano foi tombada como patrimônio histórico e ambiental¹⁵.

Como afirma o antropólogo Antônio Arantes (2000), a região do extremo sul da Bahia tem como principais cidades turísticas Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e a praia de Coroa Vermelha, uma vez que foi nessa região onde ocorreu o desembarque de Pedro Álvares Cabral e a realização da Primeira Missa em 1500. Nesse sentido, toda a região litorânea do

¹³ Retirado de SILVA, Helenice Rodrigues (2002). A fonte original do documento não foi localizado.

¹⁴ BATALHA, Marta Mamede. Porto Seguro se apronta para a festa com 312 obras. O Globo, Caderno O País, Domingo, 12 de março de 2000, p.10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Último acesso em: 12 jun.2020.

¹⁵ BRASIL. **Decreto-lei nº1874**. Define e delimita a área correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/4/1996, Página 6837.

extremo sul possui uma rede de sítios históricos, arqueológicos e naturais, como o Monte Pascoal, associados ao início da ocupação portuguesa de terras da América meridional (ARANTES, 2000). Por esse motivo, o projeto comemorativo do V Centenário do governo federal vinculou-se facilmente a uma conjuntura de empreendimentos comerciais e de turismo ligados à temática do “descobrimento” (ARANTES, 2000). Dessa forma, tais cidades constituíram-se, ao longo da década de 1990, nos eixos centrais do que se convencionou chamar a região de “Costa do Descobrimento”. Os investimentos federais, estaduais e também privados foram utilizados na restauração do Centro Histórico da cidade e da orla da praia de Coroa Vermelha, além da construção de museus e parques de temática histórica visando às celebrações que ocorreriam em abril de 2000, evento que marcaria não só a presença de autoridade nacional e internacional como também de turistas¹⁶.

Entre eles, o Memorial do Encontro foi projetado para ser construído no território indígena da praia de Coroa Vermelha¹⁷. Conforme Silva (2003), o projeto inicial foi conformado por quatro obras: uma plataforma de iluminação no meio do mar interligada por uma passarela com a Terra Indígena de Coroa Vermelha; uma taba índia com cinco ocas representando um museu indígena; o Museu do Encontro como um espaço que guarda caravelas, peças históricas e salas culturais; e um shopping comercial. Nesse sentido, entre mobilizações de um passado para ser consumido comercialmente e também para acionar a identidade mestiça, foi a figuração do indígena genérico, o índio construído pela historiografia do século XIX que interessou ao projeto da Comissão e que foi encenado no cenário comemorativo. Desse modo, a temática oficial se concentrou em representar uma visão das comunidades indígenas no século XVI, como parte do cenário e do enredo que se encenava na aurora do século XXI. Ademais, Silva (2003) destaca como o projeto comemorativo buscou subsumir os Pataxós,¹⁸ que vivem no território indígena em Coroa Vermelha, em uma lógica do exótico, integrando-os nessa encenação histórica comemorativa. Conforme a antropóloga:

Nas narrativas que dão sentido às atividades do governo federal, os processos de contato entre índios e outros segmentos da população parecem ter tido uma dupla posição: de um lado, demarcam-se as terras pataxós e criou-se um simulacro do cotidiano de um povo indígena antes do contato com os portugueses; de outro, estimulou-se um tipo de contato particular, mediado e informado por interesses turísticos, nos quais os índios e suas

¹⁶ PORTO SEGURO entra em contagem regressiva. **O Globo**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de março de 2000. Caderno Boa Viagem, p.6.

¹⁷ ANTENORE, A. Comemorar o quê, cara pálida? **Folha de São Paulo**, São Paulo, sexta-feira, 3 de abril de 1998. Folha Ilustrada. s/p. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03049822.htm>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

¹⁸ Para uma análise aprofundada das relações estabelecidas pelos Pataxós com o cenário comemorativo na região de Porto Seguro, consultar o livro de América Cesar (2011).

tradições foram transformados em mercadorias e peças de museu (SILVA, 2003, 144).

À vista disso, entende-se que a política comemorativa do V centenário foi constituída pela marca da colonialidade, funcionando como um mecanismo de reprodução do racismo institucional e estrutural do Estado brasileiro. Nesse sentido, destaco a dimensão do uso político da temporalidade no cenário comemorativo oficial ao recriar figurações do indígena na sua condição de preteridade. Analisando como as histórias nacionais foram fundadas sobre a temporalidade linear, homogênea e vazia construída pela disciplina histórica no século XIX, Rufer (2016) destaca, a partir de Johannes Fabian, o processo de espacialização do tempo. Segundo o historiador argentino, a universalização da temporalidade cronológica moderna através do imperialismo implicou na concepção de que a diferença cultural (o Outro que não representa os valores da nação) fosse concebida a partir da noção de distância, isto é, uma “negação da coetaneidade”. Em vista disso, consideradas as imbricações entre as histórias oficiais (narradas em contextos comemorativos) e a temporalidade linear, percebe-se o uso político da temporalidade como instrumento hegemônico de ocultamento da agência histórica das coletividades indígenas no Brasil, bem como da sua existência naquele presente comemorativo enquanto grupos que não se viram representados na narrativa nacional.

À vista disso, a comemoração dos “500 anos do Brasil” ao construir a trama de sincronização entre o tempo eurocêntrico e a história da nação, subsume as experiências históricas indígenas na narrativa nacional. Assim, se pensarmos as comemorações oficiais do V Centenário como “lugares de apagamento” como sugere André Freixo (2019), entende-se que a diferença étnica-racial é subsumida nos esquemas da miscigenação da “democracia racial” e da “nação multicultural”, mas a partir de uma lógica que “trata-se de uma diferença que não contempla a alteridade”, de tal modo a invisibilizar as concepções de tempo e de experiência histórica dos povos indígenas na leitura do acontecimento do desembarque de Cabral.

Desse modo, entendemos que tal dimensão eurocêntrica e colonial foi interpretada pelos povos indígenas, de modo que se apropriaram do cenário comemorativo para subverter a lógica comemorativa do Estado-Nação. À vista disso, nos debruçamos doravante no marco principal das comemorações em abril de 2000, de modo a descrever o contexto em que as manifestações dos povos indígenas aconteceram.

A subversão da festa

O manifesto “Brasil Outros 500: resistência indígena negra e popular” lançado pelo Movimento Brasil Outros 500 em 1999 merece um destaque inicial, pois evidencia os

princípios básicos da narrativa histórica unificada de discordância à lógica comemorativa oficial empreendida pelos movimentos sociais. Desse modo, narra-se a violência sofrida pelos povos indígenas, negros e populares como paradigma interpretativo da história nacional, de modo a afirmar a resistência e a luta contra as opressões impostas no período colonial, na formação do Estado imperial independente e também do regime republicano. Tal narrativa histórica enuncia as experiências históricas de conflito e da resistência estabelecendo uma continuidade nas formas de violência e discriminação para além das divisões e descontinuidades demarcadas pela história política oficial. Desse modo, se para o governo federal a experiência histórica da nação é feita de integração mestiça harmoniosa, o sentido de passado para o Movimento Brasil Outro 500 é constituído em torno da noção da experiência do conflito. Assim, assinala-se o objetivo de:

expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão festejar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a “contribuição voluntária” dos povos indígenas, dos africanos “traslados” para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, não existe a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história, como no presente, projetando-se no futuro. A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vitima quotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central de conflito - conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história (Manifesto Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular, s/p, 1999).

À vista da elaboração de tal narrativa que busca enunciar uma memória rememorativa - que expõe uma crítica e celebra a resistência-, dialogamos com o historiador Mario Rufer (2009) no sentido de considerar que a *politicidad de la memoria* está mais próxima de um uso político estratégico do passado enquanto uma ocasião para a luta política do presente do que uma disputa pela fixação de uma determinada visão do passado. Desse modo, conforme Rufer (2012, p.53) entende-se que “a enunciação baseada na memória é um pretexto para aparecer no palco, mas essas demonstrações assumem a forma de retórica de reclamação e tomam a cidadania como o núcleo do discurso”. Assim, sugere-se que a análise das disputas pela memória no contexto comemorativo prescinde da observação de como se articulam com demandas políticas por direitos e cidadania, considerando a dimensão das relações étnico-raciais.

É a partir dessa perspectiva que analisamos a *Carta de Abril*, manifesto divulgado pelos caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, numa conferência indígena realizada no município de Eunápolis, Bahia, no mês de abril de 1999. Denunciando as condições de abandono das populações indígenas do sul e do extremo-sul da Bahia, os caciques questionaram:

Por ocasião das comemorações dos 500 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil, nós, representantes indígenas perguntamos: Comemorar o quê? O extermínio de vários Povos indígenas? A imposição cultural e religiosa? O roubo de nossas terras e riquezas do solo e subsolo? A escravidão do nosso povo e dos nossos irmãos negros? Não temos nada a comemorar. Vamos sim, celebrar a nossa resistência, a nossa luta e as nossas conquistas. Nós queremos ajudar a construir um Brasil diferente, por isso, exigimos das autoridades brasileiras: a demarcação e regularização das nossas terras; Assistência à saúde, educação e agricultura respeitando as especificidades; O respeito à nossa cultura e tradição, tanto nos bens materiais e imateriais; A imediata aprovação do Estatuto do Índio, baseado na proposta encaminhada pelas organizações indígenas ao Congresso Nacional (*Carta de Abril, s/p, 2000*).

Tais reivindicações de direitos básicos previstos pela Constituição de 1988 denotam a luta política travada pelas diversos povos e comunidades indígenas frente à política indigenista que era posta em prática pelo governo FHC. Como expressão da simbiose entre as disputas em torno da memória e a luta política por direitos e cidadania, a Marcha Indígena e a Conferência Nacional Indígena organizada pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) foram os principais eventos contra-hegemônicos organizados para contrapor a versão das comemorações oficiais dos “500 anos do Brasil” em Porto Seguro.

A Marcha consistiu na convocação de caravanas de organizações indígenas das cinco regiões do país com o objetivo de promover um encontro em Porto Seguro para a realização da Conferência Nacional em Coroa Vermelha entre os dias 18 a 22 de abril. Embora convocada principalmente por organizações indígenas regionais articuladas com a CAPOIB, a ideia central foi retomar a articulação do Movimento Brasil Outros 500, de modo a receber a incorporação das organizações do Movimento Negro, do MST e do MTST, do movimento estudantil. Sob a consigna “Os Povos Indígenas retomam o Brasil”¹⁹ o projeto da Marcha reuniu cerca de três mil e seiscentos indígenas, de cento e quarenta povos, de todas as regiões do país em Coroa Vermelha, onde ocorreu a Conferência Nacional. A programação geral do evento constituiu na realização de debates e balanços sobre os “500 anos de colonização dos

¹⁹ ENCARTE BRASIL OUTROS 500. **Conferência 2000:** povos indígenas em marcha. **Revista Porantim**. Ano XXI, Brasília –DF, Abril-2000.

povos indígenas” e a “situação atual - avanços e dificuldades enfrentadas”, de modo a produzir um documento final de “Perspectivas e Propostas para os “Outros 500”²⁰.

Analisando as demandas sociais e as narrativas históricas que conformaram a linguagem desses dois eventos, entendemos que a consigna “Os povos indígenas retomam o Brasil” assinala um determinado sentido ao passado conjugado à ação política de luta no presente do Movimento Indígena Brasileiro. Desse modo, compreende-se que a consigna articulada com a noção de “Outros 500” expressa um sentido mobilizador de passado e futuros alternativos que pode ser compreendido através da noção de *história como perda* que propôs Rufer (2010). Para o historiador argentino, o enunciado desde a história como perda consiste na “ideia de reconhecer-se não no fragmento, não no objeto que faz metonímia do orgulho de si mesmo, de sua comunidade, de sua história, mas na perda como uma continuidade da experiência”.²¹

Penso que tenha demonstrado com clareza que a intenção dos povos indígenas em suas manifestações e intervenções foi justamente expressar não somente sua história de luta, bem como a memória da resistência. Entretanto, considera-se que essa dimensão da perda está presente em seus discursos e representações como, por exemplo, na consigna da Marcha que enfatiza a *retomada* simbólica das terras conquistadas. Nesse sentido, “é a perda que articula qualquer vontade de memória; por isso, paradoxalmente, é o futuro como projeção (os direitos ambientais, a ocupação e regulação da terra) o que ocupa o espaço da “comemoração histórica”” (RUFER, 2012, p.289).

Essa dimensão de retomada da experiência histórica da perda no passado articulado com a expectativa de um futuro diferente fica também expresso no *Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil “O Brasil que a gente quer são Outros 500”* lançado no dia 21 de abril de 2000 em Coroa Vermelha:

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos. Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. (...) Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas. Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma

²⁰ Idem.

²¹ Trecho de entrevista concedida para Mauro Franco. HH Magazine, 2019.

história indigna. Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência. Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular (Documento final da conferência dos povos e organizações indígenas do Brasil, s/p, 2000).

Entendemos que o sentido simbólico destinado à Marcha enquanto “refazer”, “recuperar”, “retomar a história em nossas próprias mãos”, “refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios” consiste em um modo de enunciação que projeta uma ideia de futuro (Outros 500) a partir da afirmação da contemporaneidade dos povos indígenas enquanto agentes políticos na democracia brasileira. Nesse sentido, esse novo futuro consiste no atendimento por parte do Estado brasileiro das suas demandas políticas e de reparação histórica, muitas delas previstas na Constituição de 1988, referentes aos direitos sociais e culturais. Tais reivindicações, ao fim e ao cabo, representam o desejo pelo reconhecimento das coletividades indígenas nas suas próprias tradições culturais pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido dialogamos com Eduardo Viveiros de Castro (2011), o qual afirma que a luta indígena na Nova República não se limita a uma dimensão de recuperação de uma memória de resistência, mas também na afirmação da indianidade como um projeto de futuro que, por sua vez, não significa o desejo de inclusão na lógica do Estado-Nação. À vista disso, cabe mencionar o texto fundamental de Ailton Krenak “O eterno retorno do encontro” publicado em 1999 no contexto das comemorações dos 500 anos. Nesse ensaio, conforme Cristiane Portela (2017), Krenak desestabiliza e retira da universalidade os constructos coloniais de temporalidade sobre os indígenas enquanto povos pretéritos e incivilizados, inscrevendo-os numa historicidade milenar no continente americano, a qual foi negada pela historiografia oitocentista. Conforme Krenak:

Nós não podemos ficar olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro com as nossas culturas, ele transcende a essa cronologia do descobrimento da América, ou das circunavegações, é muito mais antigo. Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá a oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e “formas de ver e estar no mundo” que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português. (KRENAK, 1999, p. 28).

O pensamento de Krenak pode ser compreendido, segundo Portela (2017, p. 167), como conformado de “elementos contra-hegemônicos que possibilitam a produção de uma narrativa emancipatória do indigenismo”, de modo que “reescreve-se, desta maneira,

uma história das diferentes culturas que compõem a humanidade, apresentando uma alternativa aos argumentos cristãos e, sobretudo, restituindo aos indígenas uma participação ativa na história” (PORTELA, 2017, p. 166). Esse projeto político emancipatório do indigenismo se expressa na articulação entre as demandas pela redefinição das representações da memória nacional com as reivindicações de direitos sociais e culturais, de tal maneira que constitui um imperativo social marcado pelo discurso que exige a memória da diversidade. Conforme Heymann e Arruti (2012, p.116), “as lutas por reconhecimento e direitos de grupos minoritários emergem da valorização da diversidade étnica e cultural e da denúncia de uma situação histórica de desigualdade e exclusão”, de maneira que “memória e tradição podem ser vistas, então, como conceitos que, capturados pelos campo da política, se tornam imperativos sociais capazes de acionar novos direitos” (HEYMANN, ARRUTI, 2012, p.116).

Nesse sentido, a deslegitimação da narrativa oficial dos 500 anos é fundamental para o reconhecimento tanto do Estado quanto da sociedade dos indígenas na sua identidade étnica como agentes políticos e históricos do século XXI. Conforme João Pacheco de Oliveira (2009, p. 34), a maneira como se narra, de modo maniqueísta e simplório, as ações e os episódios que envolvem os indígenas na história nacional impedem “uma compreensão efetiva do espaço político que eles ocupam hoje e ocuparam no passado com múltiplas formas de resistência, inviabilizando igualmente qualquer expectativa (atual ou futura) quanto ao seu protagonismo”. Desse modo, a narrativa oficial das Comemorações dos “500 anos do Brasil” implica em um discurso que “revela-se como peça fundamental para legitimar a tutela, naturalizando-a, e persistindo em ignorar as vozes e as iniciativas dos indígenas reais (OLIVEIRA, 2009, p.34)”.

Portanto, compreendo que as produções de história enunciadas pelos povos indígenas, a partir das fontes estudadas, expressaram-se enquanto *reclamo político* (RUFER, 2009), expondo a temporalidade eurocêntrica da encenação comemorativa, a qual retirou a agência histórica dos indígenas e sua contemporaneidade. Essa questão ficou evidente quando o governo federal agiu com repressão aos manifestos em Porto Seguro, pois na lógica comemorativa do Estado-Nação, negros, indígenas e populares não estavam autorizados a enunciar suas experiências históricas, mas sim somente compor o enredo de encenação histórica da celebração da mestiçagem e do “descobrimento” enquanto um evento protagonizado pelo agente histórico português. Dessa forma, imprimiram a linguagem da experiência de resistência e enunciaram a continuidade da violência, discriminação e desigualdade ao longo da história nacional. Nesse sentido, foi desde o local da comemoração

que sustenta o mito do descobrimento e mito das três raças, que os povos indígenas apropriaram-se do sentido da comemoração, enunciaram sua leitura sobre a história nacional e reivindicaram sua contemporaneidade enquanto agentes históricos na sociedade brasileira.

Considerações finais

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao enunciar os mitos do descobrimento, da “fábula das três raças” e da democracia racial, esse último transvestido pela estética multiculturalista, desvelou a conservação da cultura política e histórica autoritária brasileira, marcada pela tendência à conciliação e ao esquecimento histórico. Bauer (2017) identifica esse paradigma como marca da cultura histórica do processo de redemocratização no que tange às medidas e pronunciamentos oficiais referentes à temática da memória da repressão da ditadura civil-militar. Em relação às memórias do extermínio e escravização dos povos indígenas e da população negra ao longo da história nacional, a década de 1990 foi marcada pela ambivalência e pela ambiguidade do governo em relação à memória nacional. Conforme destacam Heymann e Arruti (2012, p.113) se “o tema das políticas públicas de combate às desigualdades sociais incorporou a perspectiva do reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira, agora definida como multiétnica”, por outro lado, pode-se afirmar que a Comemoração dos “500 anos do Brasil” revelou que os temas da identidade e da história nacional são inegociáveis frente às temporalidades e exigências de uma memória histórica da diferença étnica-racial.

Nesse sentido, o estudo da Comemoração dos “500 anos do Brasil” não somente possibilita a abordagem da multiplicidade de narradores sobre o passado, mas também ressalta a centralidade da dimensão do poder na produção, circulação e legitimação de determinada narrativa histórica que se consolida enquanto memória coletiva nacional. Dessa forma, entendemos, junto com Trouillot (2016, p.189), que “as celebrações são criadas e essa criação é parte integrante do processo de produção histórica”. Analisando as comemorações oficiais da chegada de Colombo na América em 1992, o historiador haitiano compreende-as como modos de produção de história que trivializam o passado através do isolamento do acontecimento do seu processo histórico constituinte. Desse modo, a produção de um fato histórico isolado possibilita uma determinada mobilização do passado no tempo presente, de maneira a comercializá-lo e trivializa-lo através de cerimônias de celebração mitológicas e midiáticas em que o passado constitui-se em um “produto do poder, de cujo rótulo foram apagados quaisquer vestígios de poder” (TROUILLOT, 2016, p.189).

O uso político que se faz do passado nessa situação inicia na escolha das terminologias para se referir ao acontecimento histórico. Conforme Trouillot (2016, 185) “terminologias demarcam um terreno, política e epistemologicamente”, de modo que:

Chamar de “descoberta” as primeiras invasões de terras desabitadas feitas por europeus é um exercício de poder eurocêntrico que já enquadra futuras narrativas do evento descrito. O contato com o Ocidente é assumido como o advento da historicidade de diversas culturas. A partir do momento em que é descoberto por europeus, o Outro finalmente pode entrar no mundo humano (TROUILLOT, 2016, p. 184).

O uso do termo “descobrimento”, portanto, não pode ser tratado como um mero resultado inevitável de contingências históricas ou preciosismo linguístico, uma vez que seu efeito é central para a produção de determinada história sobre o acontecimento do desembarque de Cabral e seus posteriores desdobramentos. De acordo com Helenice Rodrigues da Silva (2002) a respeito do caso brasileiro, a expressão “descobrimento” foi adotada na linguagem política, jornalística e também entre intelectuais, expressando uma ausência de debate público sobre as implicações do uso de tal terminologia.

Nesse sentido, considerar o exercício do poder sobre as dimensões constitutivas das narrativas históricas em contextos comemorativos significa o reconhecimento que o processo histórico (o que aconteceu) e as produções de narrativa (o que se diz sobre o que aconteceu) são fenômenos distintos que, todavia, se sobrepõem (TROUILLOT, 2016). Na perspectiva de Trouillot (2016), a consideração de tal sobreposição permite analisar a influência do poder na produção de silenciamentos nas narrativas históricas. Busquei demarcar alguns dos silêncios e invisibilizações produzidos pela narrativa oficial dos “500 anos do Brasil” em torno da violência, dos antagonismos sociais e raciais e da agência histórica. Conforme sugere o historiador haitiano, quando silêncios sobre a violência são produzidos através do apagamento de determinados eventos históricos, narrativas mitológicas e celebrativas preenchem tal silêncio.

Para Silva (2002), as comemorações do V Centenário expressaram o duplo eclipse da violência efetiva e concreta que se manifestou nas relações históricas entre portugueses, indígenas e negros nos séculos seguintes ao “encontro”, bem como o apagamento simbólico da presença de 4 a 5 milhões de indígenas no território da “descoberta”. Nesse sentido, a historiadora avalia que:

Evitando deliberadamente requestionar os fatos históricos, a comemoração dos “500 anos” foi marcada por uma evidente antropologização discursiva. Privilegiaram-se, nessas comemorações, as questões culturais (como a miscigenação e a diversidade étnica), sem inscrevê-las num necessário programa de revisão histórica. Enfatizando a noção de identidade nacional, definida pela pretendida idéia de harmonia e de cordialidade entre os

brancos, os índios e os negros, os discursos comemorativos, em sua grande maioria, reproduziram os velhos clichês da sociologia (SILVA, 2002, p.433).

Desse modo, conforme Rufer (2019) observa-se uma situação característica de regimes democráticos multiculturalistas: indígenas e negros são reconhecidos pelo Estado enquanto parte da nacionalidade somente na expressão dos mitos e da cultura nacional, no entanto, quando se organizam em movimentos políticos e reivindicam publicamente sua agência histórica tornam-se ameaça para a República. À vista disso, foi o ideal mestiço enquanto marco das narrativas oficiais que eclipsou os conflitos étnico-raciais, sendo a exclusão e a discriminação decorrentes deles que o Movimento Negro e Indígena colocaram em questão as Comemorações dos 500 anos.

No que tange especificamente ao Movimento Indígena, Poliene Bicalho (2010) entende que as comemorações dos 500 anos marcaram significativamente a história do Movimento Indígena Brasileiro, destacando dois aspectos de sua atuação no contexto: o protagonismo indígena e a resistência do Estado brasileiro em reconhecer a postura política adotada pelos indígenas ao exercer seus direitos enquanto sujeitos políticos autônomos, sem a necessidade da tutela. A partir disso, considera-se que a soma de acontecimentos, protestos e intervenções contra hegemônicas do Movimento Indígena e as lutas do povo Pataxó representaram um consistente marco na luta indígena frente às seculares narrativas do Estado brasileiro, a começar pela perspectiva da descoberta.

A título de considerações finais, compreende-se que o estudo da comemoração nacional expressa uma determinada modalidade de enunciação e ritualização do passado marcada por traços narrativos e temporais eurocêntricos que remetem à historiografia do século XIX. Conforme Albuquerque Júnior (2019, p.188), a história enunciada nas comemorações nacionais “tende à modalidade que Nietzsche nomeou de monumental. É uma história entendida como narrativa que visa construir e instituir monumentos, eventos - monumentos e pessoas-monumentos”. Se a historiografia do século XIX compartilhou dessa narrativa que monumentaliza e homogeneiza uma determinada leitura do passado, agindo como edificadora de identidades nacionais e memórias coletivas homogêneas, para Albuquerque Júnior (2019, p.189), a atual função social da historiografia “deve questionar, pois, a comemoração como mecanismo de construção de identidade e ressaltá-lo como momento de afirmação da alteridade”.

Em diálogo com essa perspectiva, Freixo (2019) entende a necessidade do compartilhamento do processo de comemoração pública, de modo que cabem aos historiadores e historiadoras um compromisso ético e político com uma história justa, tendo

como objetivo “um novo horizonte para a memória e a história dos povos que habitam o território chamado brasileiro” a fim de promover uma efetiva democratização da história no Brasil. Nesse sentido, o estudo das comemorações expõe os laços entre história, memória e as relações de poder, cabendo reflexões sobre a legitimidade do discurso historiográfico contemporâneo nesse cenário, uma vez que, conforme afirma Fernando Nicolazzi (2019), essas disputas se tornam igualmente embates em torno da história.

Desse modo, dialogamos com Bauer (2017, p.141) ao compreender que a disciplina histórica pode também atuar “como uma função mediadora e qualificadora entre as diversas memórias e representações do passado presentes nas batalhas para conferir sentido ao passado”, o que não implica na desconsideração de alguns cânones científicos da crítica histórica. O enfoque desse estudo mostrou que o papel de dessacralização dos festejos cívicos não passa somente pela historiografia, o passado é mobilizado no campo de luta e de conflitos na sociedade, destacadamente pelos movimentos sociais. De tal modo, a reflexão em torno dessas demandas pelo passado na cultura histórica do século XXI merece a atenção da historiografia, para além da verificação da verossimilhança de tais discursos.

Fontes

ANTENORE, A. Comemorar o quê, cara pálida? **Folha de São Paulo**, São Paulo, sexta-feira, 3 de abril de 1998. Folha Ilustrada. s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq03049822.htm>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

BATALHA, Marta Mamede. Porto Seguro se apronta para a festa com 312 obras. **O Globo**, Caderno O País, Domingo, 12 de março de 2000, p.10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Último acesso em: 12 jun.2020.

BRASIL. **Decreto-Lei de 12 de maio de 1993**. Cria, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/5/1993, Página 6369. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1993/Dnn1512.htm>. Último acesso em: 13 jun.2020.

BRASIL: 500 anos de resistência indígena, negra e popular. **Jornal Porantim**, Brasília-DF, Mar/Abr. 1999, n.213. p.6. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

BONIN I. A violência começou cedo em Cabralia. **Jornal Porantim**, Brasília, Maio de 2000, p.13. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 13 jun.2020.

CARTA DE ABRIL: Manifesto dos Caciques dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe. **Proj. História**, São Paulo, abr.2000. p.347-348. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/752>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. **Jornal Porantim**, Brasília, Maio de 2000, p.13. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 03 dez.2019.

ENCARTE BRASIL OUTROS 500. Conferência 2000: povos indígenas em marcha. **Revista Porantim**. Ano XXI, Brasília –DF, Abril-2000. Disponível em: < <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>>. Último acesso em: 28 nov.2019.

LINS, L. Conflito na terra do Descobrimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 2000, Caderno O País, p.3. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com>>. Último acesso em: 13 jun.2020.

PORTO SEGURO entra em contagem regressiva. **O Globo**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de março de 2000. Caderno Boa Viagem, p.6. Disponível em: << <https://acervo.oglobo.globo.com>>>. Último acesso em: 13 jun.2020.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº391** de 22 de novembro de 1986. Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Ministério da Defesa Nacional. Diário da República n.º 270/1986, Série I de 1986-11-22. Disponível em: < <https://dre.pt/>>. Último acesso em: 13 jun.2020.

O GLOBO. Festa oficial e protestos sem-terra e índios marcam hoje o 5ºCentenário do Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de abril de 2000, Capa. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> Último acesso em: 03 dez.2019.

VASCO. K. Caravanas vão sair de todas as regiões. **Jornal Porantim**, Brasília, Jan/Fev - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p.4. Disponível em:<<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>>. Último acesso: 03 dez.2019.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A necessária presença do outro, mas qual outro?: reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. In: **O Tecelão dos Tempos (Novos Ensaios de Teoria de História)**. Editora Intermeios, 2019, p. 180-189.

ARANTES, Antônio Augusto, Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, PUC-SP, 2000, v. 20, n.20, p. 63-96.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, Historiadores e Comissão Nacional da Verdade**. 1.ed – Jundiaí, SP: Paco, 2017.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 2010, 468f. **Tese**. (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Brasília, 2010.

CESAR, América Lúcia Silva. Lições de abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. **Sínteses** (UNICAMP), Campinas-SP, 2004, v. 09, p. 105-115.

_____. **Lições de abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. 01. ed. Salvador-Bahia: EDUFBA- Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011. v. 01. 234p.

CUNHA, Eneida Leal. O Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento. **Semear** (PUCRJ), Rio de Janeiro, 2001, v. 1, n.5, p. 87-106.

FRANCO, Mauro. Conectar lo aparentemente inconexo es la labor clave de una historia crítica. **HH Magazine**, Universidade Federal de Ouro Preto. 10 jul.2019. Entrevista con Mario Rufer. Disponível em: <<https://hhmagazine.com.br/conectar-lo-aparentemente-inconexo-es-la-labor-clave-de-una-historia-critica-entrevista-con-mario-rufer/>>.

FREIXO, Andre de Lemos. Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, in - diferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. **Revista do NUPEM**, v. 11, p. 59-80, 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. [s. l.], 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.23-31.

LORENZ, Chris. BEVERNAGE, Berber. Dividir el tiempo. Explorando las fronteras entre presente, pasado y futuro. In: **Entre filosofía e historia**. Volumen 1: Exploraciones en filosofía de la historia. Prometeo Libros, 2015, p. 251-280.

NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 211-245.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de uma paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, 2010 v. 1, p. 11-40.

PORTELA, Cristiane de Assis. De aculturado exótico a raiz profunda: indigenismo e história indígena em narrativas de Ailton Krenak. **Diálogos**, v.21, n.3, (2017), 162 – 177.

RUFER, Mario. **Nación en escenas: memória pública y usos del pasado en contextos poscoloniales**. México: El Colegio de México, 2009.

_____. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Mem.soc/Bogotá** (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

_____. The Bicentennial Stamp: Nation and Difference in 2010 Argentinian Celebrations. **International Journal of Latin America Studies**, vol.02, july-december 2012.

_____. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. **Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente** (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. **RBCS**, 2003, Vol. 18 nº. 51.

SILVA, Helenice Rocha da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, nº44, pp. 425-438, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016, 263p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro concedida à Pádua Fernandes. **Prisma Jur.**, São Paulo, v.10, nº2, p.257-268, jul./dez. 2011.